

Dificuldades enfrentadas pelas famílias ouvintes que tem filhos surdos: a comunicação como fator de inclusão

Eliane Gentil de Lima¹
Claudio Neves Lopes²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir no estudo acerca das dificuldades encontradas pelas famílias das crianças surdas em seu cotidiano. Iremos descrever de forma sucinta sobre esse tema extremamente relevante e de grande vastidão. A comunicação é um dos principais pilares para a inclusão do indivíduo em qualquer contexto cultural e diante desse quadro o domínio da língua padrão do grupo é de suma importância para que ocorra uma inclusão plena possibilitando autonomia e acesso ao conhecimento necessário ao pleno exercício da cidadania. A tendência a oralização derivada de uma sociedade excludente que desrespeita a identidade e a diversidade tem cedido lugar a uma nova visão mais humana e inclusiva na qual as especificidades e especialidades passam a serem consideradas não como fator de inferioridade e sim riqueza, caminhando para um modelo bilíngue que valorize a cultura surda e ao mesmo tempo forneça os instrumentos necessários para que os surdos possam usufruir de todos os direitos inerentes ao pleno exercício da cidadania. Nesse cenário o papel da família é de extrema relevância.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem de Sinais; Inclusão social; Família.

ABSTRACT

This study aims to contribute to the study about the difficulties encountered by families of deaf children in their daily lives. We will briefly describe this extremely relevant subject of great importance. Communication is one of the main pillars for the inclusion of the individual in any cultural context and before this framework the domain of the group's standard language is of utmost importance for a full inclusion to occur allowing autonomy and access to the knowledge necessary for the full exercise of citizenship. The trend towards oralization derived from an exclusionary society that disrespects identity and diversity has given way to a new, more humane and inclusive vision in which specificities and specialties come to be considered not as a factor of inferiority but rather wealth, moving towards a model bilingual culture that values the deaf culture and at the same time provides the necessary instruments for the deaf to enjoy all the rights inherent to the full exercise of citizenship. In this scenario the role of the family is extremely relevant.

KEYWORDS: Sign Language; Social inclusion; Family.

¹Aluna do curso de pós-graduação em LIBRAS da Universidade Cruzeiro do Sul.

²Doutorando em Educação na Universidade do Rosário-UNR.

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de propor uma breve reflexão acerca dos problemas enfrentados pelas famílias das crianças surdas, com o foco na dificuldade de comunicação enfrentada pelas famílias ouvintes que não tem domínio da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS.

Durante a elaboração desse artigo pudemos constatar que ainda é muito forte a tendência a oralização e ao desrespeito a cultura surda que ainda é muito pouco conhecida pelos ouvintes.

A língua de sinais é a língua natural das surdas, sendo fator determinante de integração social e do desenvolvimento cognitivo. Por meio da língua de sinais é possível ao surdo ampliar suas interações com os seus pares, bem como ampliar sua penetração no universo cultural.

Para Vygotsky (1989), principal autor da perspectiva histórico-cultural, o problema central da surdez é a dificuldade do sujeito em se apropriar da palavra (falada) o que gera obstáculos para a sua inserção na cultura ouvinte.

De acordo com essa abordagem teórica, o signo é o instrumento psicológico essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e o surdo fica à margem das experiências típicas com o seu meio social porque seus pares imediatos (pais e familiares), na maioria das vezes, não comungam do mesmo sistema de comunicação, pois são, geralmente, ouvintes.

Se pesquisarmos no dicionário Aurélio a palavra "comunicação" diz respeito ao "Ato ou efeito de comunicar (se); transmissão e recepção de mensagens por meio de métodos e/ou sistemas convencionados; a mensagem recebida por esses meios; a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, com vista ao bom entendimento entre pessoas (FERRERIA, 2008, p. 251)".

Partindo desse conceito podemos observar que para o processo da comunicação ocorra de forma eficiente é necessário que receptor e emissor comunguem uma mesma linguagem. Na maioria dos casos onde pais ouvintes tem filhos surdos ocorre uma falha nesse processo causada pelo fato de os pais não terem conhecimento da LIBRAS que é a linguagem natal das pessoas surdas.

Além do desconhecimento da linguagem natural dos filhos muitas vezes os pais e a família tendem a considerar a surdez como uma patologia e conseqüentemente tendem

a buscar uma cura, nesse processo associam o oralismo como uma possibilidade exclusiva para o desenvolvimento da criança. Uma opção que respeita a cultura surda e proporciona os melhores resultados é o bilinguismo, uma vez que considera a LIBRAS como linguagem nativa das pessoas surdas e a linguagem padrão (Língua Portuguesa) como segunda língua proporcionando a pessoa surda a oportunidade de se apropriar do conhecimento e a viver com uma maior autonomia e qualidade de vida.

A inclusão cultural das crianças surdas segundo Vigotsky

Segundo Vigotsky, o aparato cultural criado pelo homem está tem como público alvo um tipo biológico padrão, chamado normal. A inserção cultura da criança se encontra dependente do amadurecimento e das funções correspondentes para operar com este aparato. As deficiências criam impedimentos ou dificuldade para que os indivíduos tenham acesso as produções culturais. Esta dificuldade, causada pela divergência do tipo biológico ou pela perda ou redução das capacidades de algumas funções, alicerça o desenvolvimento sobre bases novas, de acordo com o novo tipo que enfraquece o curso normal de imersão da criança na cultura.

Desta maneira, a inclusão da criança com deficiência não tem como ocorrer de forma direta e imediata na cultura, campo próprio de desenvolvimento psicológico-cultural, no campo das funções psíquicas superiores, do domínio dos comportamentos e modos culturais de conduta. Esta inclusão requer o aparato psico-fisiológico que a criança não tem, por isso ela percorre um itinerário diferenciado porque percorre vias alternativas para completar o desenvolvimento cultural e isto inclui formas específicas de conduta. Vigotsky denomina este processo de “desenvolvimento atípico”.

Na obra *Fundamentos da Defectologia*, Vigotsky utiliza conceitos do marxismo como força motriz e menos valia para construir uma reflexão teórica em torno da defectologia. Ainda no primeiro capítulo da obra, Vigotsky faz uma comparação entre a luta de classes, onde o operariado tem a sua força ampliada pela situação de opressão que o leva a superar as forças do capitalismo chegando à ditadura do proletariado. Essa analogia será utilizada para construir os pilares da compensação.

Os seus estudos sobre a defectologia e a criança deficiente não objetivaram criar níveis de gravidade ou de insuficiência definidos pelas limitações biológicas, mas sim procurar os processos “substitutivos”, “sobre estruturados” e “niveladores” que

constituem a compensação no desenvolvimento e na conduta da criança deficiente. A compensação é a capacidade que o organismo tem de, diante de uma função afetada, acumular uma energia psíquica, capaz de seguir um caminho alternativo que possibilite que o desenvolvimento se efetive (VIGOTSKY, 1997).

Este processo se desenvolve na medida em que a deficiência provoca um sentimento de menos valia que inicia uma força motriz que possibilita ao indivíduo reagir ao “defeito”, instigando o desenvolvimento de fenômenos psíquicos para sua superação. Juntamente com a dificuldade o organismo tem forças capazes de amenizá-la. Assim o desenvolvimento não ocorre no sentido da “dificuldade”, pelo contrário, ele segue a direção oposta por causa da tensão criada pelas condições da limitação e da força reagente que leva o indivíduo a agir criativamente no sentido de encontrar itinerários alternativos e chegar ao desenvolvimento.

Outro princípio criado pelo autor partindo dos seus estudos sobre o desenvolvimento das funções superiores (VIGOTSKY, 1983), é que toda função do processo de desenvolvimento aparece duas vezes: primeiramente no nível coletivo, como meio de adaptação social e só depois no nível individual como meio de adaptação pessoal.

Vigotsky integra este último princípio com a compensação no contexto da surdez, e estabelece princípios que, sem o conhecimento de sua obra, a educação dos surdos levou cem anos para alcançar. A leitura dos capítulos: “*Princípios da educação social das crianças surdas*” e “*A coletividade como fator de desenvolvimento da criança deficiente*” possibilitam este entendimento. Embora as obras de Vigotsky tenha sido escrita há muito tempo sua contribuição para o entendimento dos mecanismos de ensino e aprendizagem foi de grande relevância.

A importância da família das crianças surdas

O termo “família”, de acordo com Ferreira 2008, refere-se as “pessoas aparentadas que vivem, geralmente, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos; Pessoas do mesmo sangue” (p. 397). A família, de maneira geral, desempenha a função de cuidar, promover a saúde, proporcionar bem-estar e proteção. Em uma família com filho surdo, soma-se a isto a atribuição de aprender outra língua, a Libras – Língua Brasileira de Sinais.

É a comunicação que possibilita ao ser humano a integração, participação, convívio e socialização entre família. Nesse processo, a família surge como a grande responsável, pois é nela que se dá a primeira formação do ser humano. Para que isso ocorra, é necessário o estabelecimento de um canal de linguagem comum.

A família de uma maneira singular deve estabelecer as suas funções na formação dos indivíduos. Os primeiros passos para o desenvolvimento natural e social do homem são dados dentro da família, pois ela constitui o primeiro grupo social no qual a criança é incluída e tem suas primeiras experiências e relacionamentos interpessoais.

As primeiras relações de afetuosas dos filhos geralmente partem dos pais, e esse convívio será responsável por futuros comportamentos no meio social, possibilitando ou não a sua adaptação. Esse papel da família contribuirá para que o filho tenha uma aprendizagem mais humana, forme uma personalidade individual, desenvolva sua autoimagem e se relacione socialmente.

Ao pensarmos sobre a família, observamos que a mesma, a interação com os filhos, auxiliará a formação da personalidade, sendo determinante para suas características sociais. Muitos fenômenos sociais são analisados e percebidos em função de características da família. Nesse processo de reciprocidade, a família está inserida na construção de uma situação de maturidade que ocorre através da convivência com os filhos. As atitudes e comportamentos dos pais e demais membros familiares, expressos por suas interações, têm um reflexo decisivo no desenvolvimento psicossocial de um filho.

A atuação da família não se restringe a o amparo físico, emocional e socialmente aos seus integrantes, cabe a ela também esclarecer o que é melhor ou pior para seu crescimento, pertencendo a ela a responsabilidade de proporcionar qualidade de vida aos mesmos. Os cuidados oferecidos pela família constituem estratégias que beneficiam o desenvolvimento humano à medida que proporcionam amor, afeto, proteção e segurança dentro de um espaço de acolhimento e inclusão aos filhos.

A satisfação principal dos filhos é ter uma boa relação entre os membros da família, pois essa relação exerce um papel importante para o desempenho psíquico e, conseqüentemente, nas outras fases da vida. No processo de relação familiar, a comunicação promove o esclarecimento das dúvidas, as demonstrações de carinho e amor, entre outros objetos, uma vez que para aquisição essas informações tornam-se necessário estabelecer-se uma linguagem comum (QUADROS, 2002).

É importante registrarmos a ideia de Quadros (2002), o qual estabelece que a deficiência não seja um problema da pessoa que a possui, mas sim de quem a vê. Isto é de suma importância, pois a problemática que envolve esses indivíduos está diretamente relacionada com o preconceito e a aceitação dessa condição.

Desse modo é imensa a importância da família como colaboradora para o processo do desenvolvimento do surdo, na garantia a esse indivíduo um futuro de autonomia e produtividade na sociedade. Também devemos entender a escola e a comunidade como colaboradoras, desenvolvendo no surdo a sua autoestima e independência para escolher seu modelo de vida.

A família poderá colaborar no desenvolvimento da linguagem de sua criança. Segundo Veschi, (2005, p. 51), "o desenvolvimento da criança surda é proporcional à participação da família". Pais capacitados e mães conscientes de seu papel conseguem um maior aproveitamento de todas as oportunidades criadas no dia a dia no seio do lar.

Nesse contexto, observamos que atuam duas instituições cuja participação na vida do cidadão é de suma importância: a escola e a família. A escola possibilita a aquisição de formação acadêmica enquanto que a outra, valores morais, humanos e familiares que formam o cidadão de bem.

As dificuldades da família das crianças surdas

As dificuldades vivenciadas pelos familiares de crianças surdas, dentre eles um dos mais graves a falta de comunicação, constituem o principal impedimento no relacionamento entre os filhos surdos e seus pais ouvintes. Essa dificuldade de comunicação é fruto da falta de identificação da língua, podendo resultar em problemas emocionais, falta de um contato mais próximo e dificuldades para o estabelecimento dos vínculos de afetivos.

Desse modo, o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela família é de suma importância, podemos afirmar que é fundamental para o desenvolvimento adequado da criança surda. A luta pela igualdade dos surdos, já é uma luta histórica. Se refletirmos do ponto de vista histórico, encontramos vários esforços datados. Estas lutas têm-se caracterizado por diversos movimentos-chave. Inicialmente, os prestígios – separação dos indivíduos deficientes do resto da sociedade – das existências destes segmentos da população. O

segundo resultante dos avanços em pesquisas médicas, mas tendo ainda a forma limitada de participarem de algumas atividades.

Ao refletirmos sobre a educação dos indivíduos surdos, consideramos que a família é principal elo entre o indivíduo e a sociedade. É na família que encontramos argumentos em formas de subsídio que inserem os surdos no meio social. Não só a família, mas também a escola, que muitas vezes não está preparada para recebê-los. Como diz na Declaração de Salamanca:

“Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada aos seus filhos. (Declaração de Salamanca, art. 60, pág. 43).”

Já o artigo 61 diz que: deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (onde poderiam assistir a demonstrações técnicas eficazes e receber instruções sobre como organizar atividades extraescolares) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos. (Idem, art. 61, pág. 43).

Todo casal deseja que seus filhos nasçam "normais". A preocupação inicial no momento da concepção é se esse filho nascerá são. Todas as precauções possíveis são tomadas no intuito de auxiliar para que essa criança chegue ao mundo na melhor condição possível. Nenhum casal deseja ter um filho com algum problema ou alguma patologia ou até mesmo alguma deficiência. Sabemos que o ser humano que está prestes a vir ao mundo dependerá de todos os cuidados possíveis dos seus pais para que tenha uma vida de desenvolvimento plena. "Cabe aos pais a tarefa de transmitir para seu filho toda a sorte de ensinamentos, normas, atitudes, hábitos, valores, princípios e, principalmente, sentimentos, que o conduzirão para a vida em sociedade" (STELLING, 1996, p. 64).

Vamos imaginar como deve ser para a família que descobre que seu filho ou sua filha é surdo (a). Casar jovem e depois com pouco tempo a esposa engravidar. Jovens, imaturos não têm experiência na vida. Logo alguns meses de vida descobrem que o (a) filho (a) não correspondia aos estímulos sonoros. Levam aos médicos e os exames confirmaram a surdez. Para frisar o que foi comentado acima, é adequado considerarmos as considerações de Stelling.

Quando uma criança surda nasce, seus pais ou responsáveis sentem-se incapacitados de agir dentro dos padrões da normalidade com ela. Apresentam-se vulneráveis nos momentos iniciais, vivenciam dificuldades e, quase sempre, adequam seus planos de vida em função desta nova situação. Os encargos e as responsabilidades normais de uma família ficam modificados e exagerados com a chegada de uma criança diferente (STELLING, 1996, p. 34).

Continuando com a conversa, sabemos que as primeiras soluções buscadas pelas famílias são o fonoaudiólogo e do otorrinolaringologista. Eles afirmam que apesar de que a criança tenha a surdez profunda, seria possível submetê-la ao processo de oralização. E assim desde cedo os pais começam a labutar junto ao fonoaudiólogo e o otorrinolaringologista. A família tem que se adequar à nova situação e envolve-se uma boa parte do seu tempo em buscar assistência médica, terapêutica e educacional para a criança.

Segundo Hoffmeister (1999) os profissionais médicos e fonoaudiológicos inicialmente dominam os pais ouvintes que tem um (a) filho (a) surdo (a). São esses profissionais que diagnosticam e, encaminha-os para um processo de oralização, como se este método fosse a única solução viável de tratamento ou o único itinerário através do qual as crianças surdas têm condições de desenvolvimento. De acordo com esse autor, esses profissionais, majoritariamente são os únicos canais de informações e orientações dos pais de pessoas surdas, nos primeiros anos de vida da criança surda. Assim, na concepção de Hoffmeister (1999).

Esses profissionais demonstram e sustentam uma ideia alicerçada na visão patológica do que é ser surdo quando os pais estão mais sensíveis. Os profissionais da audilogia tem forte tendência a ser a única fonte de informações sobre as vidas das crianças surdas. Na verdade, muitos profissionais envolvidos nos primeiros momentos da vida de uma criança surda, não medem esforços para impedir que os surdos (os profissionais surdos) tenham contato com os pais ouvintes. Esta visão é apoiada por várias revistas médicas de prestígio, como exemplo, a New England Journal of Medicine (ver LUTERMAN, 1994, que vê os surdos como um grupo que quer roubar as crianças surdas dos pais ouvintes). Esse processo de impedimento cria um fenômeno nos pais ao qual me referi em outra ocasião como "medo da síndrome do futuro" (HOFFMEISTER, 1983). Os pais são levados a crer que não sabem o que fazer com uma criança que tem uma perda

de audição significativa. Uma criança que chamaríamos de surda (HOFFMEISTER, 1999, p. 114).

Conforme frisa Stelling, os pais de uma criança ouvinte têm modelos educativos da sociedade que são assimilados culturalmente através das gerações. Estes modelos são parcialmente inadequados à educação da criança surda. Este fato produz uma sensação de inoperância inicial, que desencadeia uma série de tensões nos pais, como também no restante da família, cada um sendo afetado de maneira diferenciada (STELLING, 1996, p. 35).

Devido a necessidade que o pai tem de trabalhar, os filhos surdos passam mais tempo com suas mães. Isso contribuiu para que, geralmente, as mães tenham um desenvolvimento na comunicação mais próxima com seus (as) filhos (as). Alguns pais buscam atender todas as necessidades dos seus filhos: no aspecto educacional, no linguístico e no emocional, no entanto, a grande maioria não possui conhecimentos adequados para tal e a comunicação com seus filhos se processa mediante os gestos e mímicas.

Notamos que, o sonho de todos os casais de ter filhos perfeitos é frustrado e isso causa algumas tensões. A atenção cresce quanto existe um surdo na família, pois é necessário desprender mais tempo para ele e por esse motivo os demais filhos recebem pouca atenção. Os pais ficam sujeitos a situações desagradáveis e constrangedoras, principalmente quando precisa informar a família e amigos a situação dos seus filhos (as).

A maioria das mães e alguns pais responderam que permanecem a maior parte do tempo, senão o dia inteiro, com seu filho ou sua filha. Muitos estão ali, presentes, participando da vida do filho, tanto social como escolar. Uma das mães disse o seguinte: "Deixei o meu trabalho e montei um negócio na frente de casa para ficar com minha filha."(...) disseram que seus (suas) filhos (as) são bastante carinhosos atenciosos, dizem que os amam, e procuram alegrar os pais quando percebem que estão tristes. (ALMEIDA, Anderson. Entrevista com mães e pais. Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade).

Podemos observar uma tendência natural dos pais em relação aos filhos surdos assim como os pais de outras crianças que fogem ao padrão considerado normal da sociedade tendem a exagerarem nas precauções e cuidados limitando a autonomia dos filhos e criando com isso insegurança e problemas de autoestima nos filhos uma vez que as situações apresentadas pela vida contribuem para a aquisição de conhecimento e experiências que contribuem para a formação da criança e para a conquista de uma vida

onde a autonomia e a inclusão sejam uma realidade para a criança surda e para a sua família.

As famílias têm que ser conscientizadas do fato de seus filhos serem diferentes e não doentes, é necessário que as famílias e a sociedade percebam que as pessoas surdas têm uma cultura e identidade próprias que tem que ser respeitada, a inclusão plena se realiza baseada no respeito as diferenças, no entendimento segundo o qual são justamente essas diferenças que tornam a cultura rica e que a tolerância e respeito devem ser estimulados e difundido.

Considerações finais

Entre os diversos problemas encontrados pelas famílias ouvintes que tem filhos surdos esse trabalho abordou com ênfase as dificuldades de comunicação por considerar que sua relevância é alta e que existe grande necessidade de produção e divulgação de conhecimento acerca do tema, afim de, possibilitar as famílias acesso a informações que contribuam para que elas e seus filhos tenham uma melhoria em sua qualidade de vida.

A tendência ao oralismo ainda é muito forte na cultura popular e necessita ser desmistificado para que haja conscientização da importância de se respeitar a cultura surda, afim de, preservar essa cultura e através da compreensão de suas especificidades e especialidades proporcionar inclusão social plena partindo do pressuposto de que as diferenças contribuem de forma relevante para o enriquecimento de uma determinada cultura.

Em contraste como oralismo temos o bilinguismo que apresenta possibilidades de aquisição de conhecimento, informação e comunicação eficiente sem abrir mão da linguagem materna das pessoas surdas, lembrando que a LIBRAS nesse sistema deve ser compreendida como língua nativa das pessoas surdas em quanto que a língua padrão dos ouvintes (no caso do Brasil língua Portuguesa) deve ser ensinada como segunda língua para as crianças surdas.

Referências

FERREIRA, Lucinda. Legislação e a Língua Brasileira de Sinais. Ferreira & Bergoncci consultoria e publicações: São Paulo, 2003.

HOFFMEISTER, Roberto J. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiolgia. In: Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. (Org.) Carlos Skiliar. Porto Alegre, Mediação, 1999.

LUTERMAN, D, Ross M. When your child is deaf: a guide for parents. New York University Press; 1994.

QUADROS, Ronice Müller. Situando as Diferenças implicadas na Educação de Surdos: Inclusão/Exclusão. In Revista Ponto de Vista, UFSC. N.º 4. 2002-2003.

STELLING, Esmeralda. O aluno surdo e sua família. In: Repensando a educação da criança surda. (Org.) Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Divisão de Pesquisas, Rio de Janeiro, 1996.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

_____. Perfil: Entrevista com Karin Strobel. Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade. Acesso dia 20/10/2009: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/perfil.php>.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura / Ministério da Educação e Cultura da Espanha. Declaração da Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Brasília, 1994.

VESCHI, Jorge Luiz. Família e Linguagem. In: Congresso Surdez e universo educacional (2005, Rio de Janeiro – RJ. 14 a 16 de setembro de 2005/ (organização INES. Divisão de Estudo e Pesquisa – Rio de Janeiro. P. 163.)

VYGOTSKY, L.S. (1981) The genesis of higher mental functions. (Trad). In J.V. Wertsch (Org.)

VIGOTSKY, L. S. Obras Escogidas. Tomo III. Madrid: Visor, 1983. The concept of activity in Soviet Psychology. Nova Yorque: M.S. Sharpe. (Texto original de 1929)

VYGOSTSKY, L.S. (1989) Fundamentos de Defectologia. (Trad.) Havana: Pueblo y Educación. (Textos originais produzidos de 1924 a 1930)

VYGOSTSKY, L.S. (1993) Pensamento e Linguagem. (Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Texto original de 1934)

VYGOSTSKY, Lev. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.